

PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: PERCEPÇÕES DOS DOCENTES DO CURSO DE QUÍMICA CCA/UFPB

Jaqueline de Souza

Caio César A. S. Lima

Larissa Viviane Veras Dias

Maria Betania Hermenegildo dos Santos

Universidade Federal da Paraíba/Centro de Ciências Agrárias/Campus II – Areia - PB

jacksouza@gmail.com

RESUMO

Apesar de ser uma realidade a educação inclusiva constitui um desafio para as escolas e instituições de ensino superior. Ante o exposto objetivou-se, com esta pesquisa, avaliar as percepções dos docentes do curso de química CCA/UFPB no processo de inclusão de alunos com deficiência no ensino superior. A pesquisa foi realizada no Centro de Ciências Agrárias (CCA), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Campus II – Areia – PB. Para a coleta dos dados utilizou-se um questionário estruturado com questões objetivas e subjetivas. O público alvo era constituído de nove docentes que lecionam no curso de química nas modalidades de licenciatura e bacharelado. A partir dos resultados verifica-se, que a maioria dos professores não se sente preparada para receber, em sala de aula, discentes com necessidades especiais visto que durante sua formação acadêmica e docente, não obtiveram subsídios para trabalhar com as práticas de inclusão. Menos da metade dos entrevistados relatam já ter tido experiência com alunos que apresentavam necessidade especial, dentre as quais as mais citadas foram: a auditiva e a visual. Em sua quase totalidade os professores entrevistados afirmam que sua disciplina não oferece suporte necessário para as práticas de inclusão e que o CCA não é adaptado para receber alunos com necessidades especiais. Os resultados desta pesquisa evidenciam que para ocorrer à inclusão dos discentes com necessidades especiais no curso da química é conveniente uma reestruturação do sistema educacional superior a qual passa, necessariamente, pela formação dos docentes, seja em nível inicial como continuado, além da adaptação da estrutura física do Campus.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Ensino superior. Docentes.

ABSTRACT

Inclusive education is a challenge for schools and higher education institutions these days. Therefore, the aim of this study is to evaluate the perceptions of the chemistry professors in the process of inclusion of students with disabilities in higher education. The research was conducted in the Center of Agrarian Sciences (CCA) of the Federal University of Paraíba (UFPB), which is located in the city of Areia/PB. A questionnaire based on objective and subjective questions was used to collect the data. The target audience was composed of nine professors who teach in the courses of Bachelor and Licentiate in Chemistry. Based on the results obtained, it was found that most professors do not feel prepared to receive students with special needs, since they have not received any training to work with inclusion practices during their educational background or teaching internship. Less than half of respondents reported having had experience with students who had special needs, among which the most frequently cited were: auditory and visual. Almost all the professors interviewed claim that their discipline offers no support required for inclusion practices and that the CCA/UFPB is not adapted to receive students with special needs. The results of this research showed that to the fully inclusion of students with special needs in the chemistry courses of CCA/UFPB will only be achieved with a restructuring of the higher education system which necessarily involves the training of professors beyond the adaptations of university facilities.

Keywords: Inclusive education. Higher education. Professors



INTRODUÇÃO

A inclusão social e escolar passou a ser consistente nos anos de 1990 com a Conferência Mundial sobre a Educação para Todos; nesta Conferência se estabeleceram os princípios de uma política educacional mundial e foram aprovados documentos, como a Declaração Mundial sobre a Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994), que versam sobre os princípios de reformulação do sistema de ensino e na inserção social como forma mais efetiva da implantação da educação inclusiva (GADOTTI, 1992; CHAVES, et al. 2013)

De acordo com Martins et al. (2007) a Educação Inclusiva foi introduzida nas políticas públicas do sistema educacional brasileiro por meio da Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 1994), da LDB/96 (BRASIL, 1996), do Parâmetro Curricular Nacional (PCN) – adaptações curriculares para a educação de alunos com NEE (BRASIL, 1998) dentre outros.

Em 2003 o MEC executa o Programa Educação Inclusiva: “Direito à Diversidade para proporcionar uma educação de qualidade” com a finalidade de apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos promovendo amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros, visando à garantia do direito de acesso de todos à escolarização, à oferta do atendimento educacional especializado e à garantia da acessibilidade (BRASIL, 2006).

Para Araújo; Hetkowski (2005) a educação inclusiva abrange um processo que possibilita a participação de todos os alunos em escolas de ensino regular. Destina-se, assim, à inserção de indivíduos com deficiência no âmbito social, porém esta inserção dependerá da escola e das políticas públicas que garantem esta implantação, apoiada em leis que lutam pela igualdade e pelo direito à educação para todos.

As pessoas com necessidades especiais estão protegidas por lei, desde a educação elementar até o ensino superior. De acordo com a Portaria Ministerial (MEC) nº 3.284, de 07 de novembro de 2003, uma instituição de ensino superior, tem, como dever, para receber a autorização, reconhecimento de cursos e credenciamento, comprovar o atendimento aos requisitos de acessibilidade arquitetônico,

comunicacional, metodológico, instrumental e programática para os alunos com deficiência (PACHECO; COSTAS, 2005; CHAVES, et al., 2013).

Agrizzi; Coqueiro (2013) afirmam que as escolas e instituições de ensino superior ainda se encontram despreparadas para receber o aluno com deficiência, inclusive o professor, que não detém a formação pedagógica adequada a esse tipo de realidade. Para Oliveira et al. (2012) o primordial é o investimento no preparo dos docentes, orientá-los e dar-lhes assistência, sendo eles fundamentais na formação dos alunos já que muitos se sentem despreparados para lidar com alunos portadores de deficiência em sala de aula devido à falha curricular, em que durante sua formação não tiveram acesso a este preparo de como lidar com tal alunado, em especial que tem direito garantido pela Constituição Federal.

Ante o exposto objetivou-se, com esta pesquisa, avaliar as percepções dos docentes do curso de química CCA/UFPB no processo de inclusão de alunos com deficiência no ensino superior.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada no Centro de Ciências Agrárias (CCA), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Campus II – Areia – PB.

Como instrumento de coleta dos dados utilizou-se um questionário estruturado com questões objetivas e subjetivas. O público alvo deste trabalho se compunha de quinze docentes do curso de química, nas modalidades de licenciatura e bacharelado, aos quais foi entregue o questionário para ser respondido por escrito, com um prazo de oito dias para a entrega. Aos participantes do estudo foi assegurado o anonimato. Dos questionários entregues aos docentes apenas nove foram devolvidos.

Dos dados coletados alguns foram tabulados em planilhas do Excel e a partir daí elaborados gráficos.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

De acordo com os questionários aplicados aos professores que lecionam nos cursos de química nas modalidades Bacharelado e/ou Licenciatura do CCA/UFPB, observou-se que 40% possuem pós-doutorado, 40% doutorado e 20% mestrado (Figura 1 (I)).

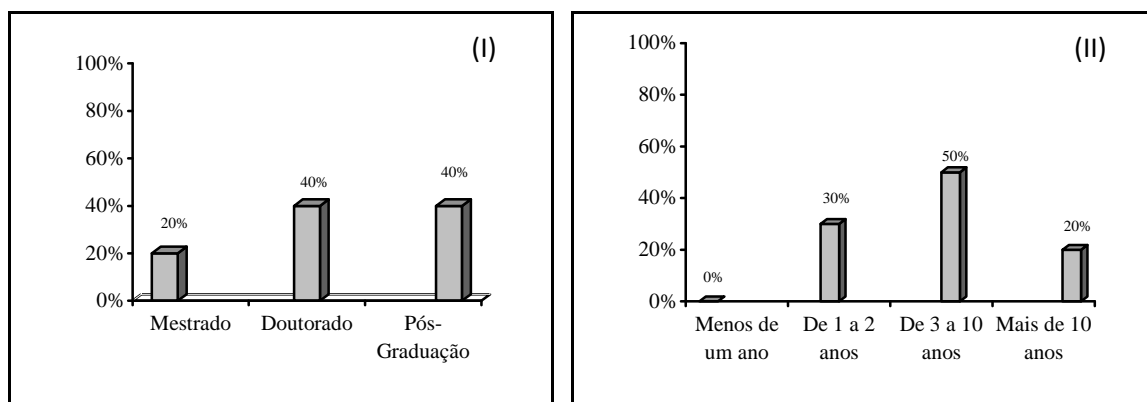


Figura 1. (I) Formação Acadêmica e (II) Tempo de Experiência na graduação

Os professores que participaram da pesquisa possuem ampla experiência em sala de aula na graduação já que a metade deles afirma possuir de 3 a 10 anos e 20% atuam há mais de 10 anos, Figura 1 (II).

Conforme se observa na Figura 2 (I), 100% dos entrevistados não obtiveram subsídios necessários durante sua graduação para lidar com as práticas de inclusão de pessoas com necessidades especiais.

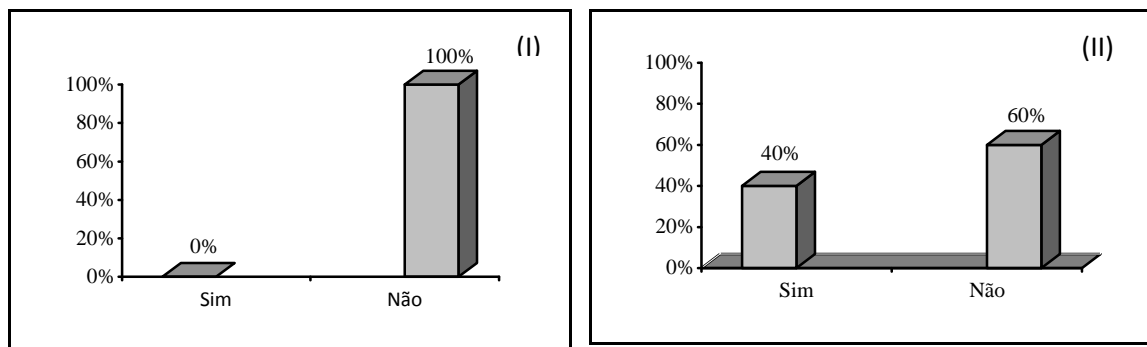


Figura 2. (I) Durante sua formação acadêmica você cursou alguma disciplina de educação inclusiva? e (II) Em sua vida docente, você já teve que lidar com algum aluno (a) com necessidades especiais?

Denari (2006) afirma que diante do descompasso observado entre a formação inicial dos profissionais em educação e a prática de inclusão, agentes legais e acadêmicos vêm sendo obrigados a realizar ajustes curriculares nos diferentes enfoques mas com ênfase na educação inclusiva. Esses ajustes têm, como objetivo, proporcionar aos futuros profissionais elementos teóricos, metodológicos e técnicos para desenvolver uma prática pedagógica com êxito.

A Figura 2 (II) demonstra que 60% dos professores entrevistados não tiveram que lidar com alunos com algum tipo de necessidade especial, o que “facilita” sua prática docente. Dos professores indagados 40% relatam já ter tido experiência com alunos com alguma necessidade especial e afirmam que é um desafio constante (Figura 2 (II)). Das necessidades atendidas pelos docentes questionados à auditiva e a visual foram as mais citadas, com 20% cada uma (Figura 3).

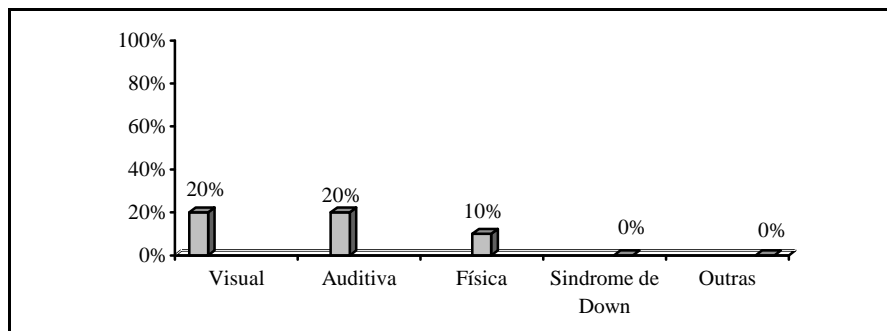


Figura 3. Tipos de necessidades especiais que atendem ou foram atendidas.

Na última década incluir alunos com necessidades especiais no sistema regular de ensino tem sido, sem dúvida, uma das questões mais discutidas no país, principalmente por estar amparada e incentivada pela legislação.

De acordo com a Figura 4 (I), 70% dos professores que participaram da pesquisa não se sentem preparados para receber, em sala de aula, os referidos alunos; resultados semelhantes foram encontrados em diversas outras pesquisas, a exemplo de Denari, 2006; Vitaliano, 2007; Rodrigues, 2008.

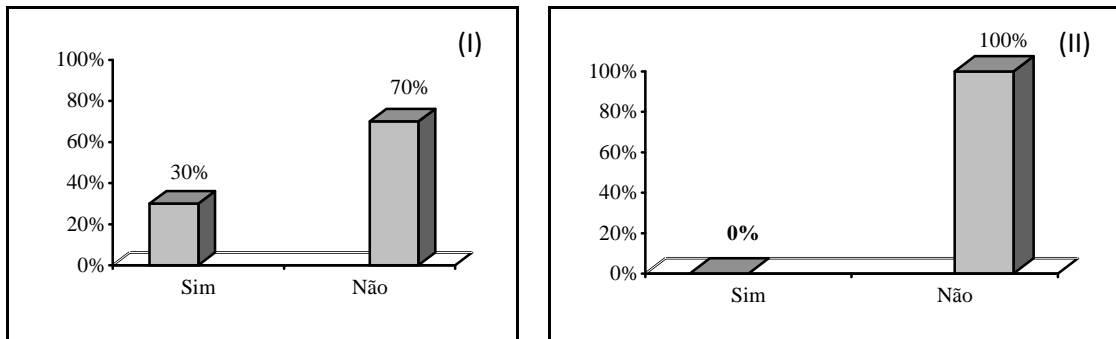


Figura 4. (I) Você se sente preparado para receber aluno (a) com alguma necessidade especial? e (II) Você já recebeu alguma capacitação fornecida por esta instituição referente à inclusão de alunos com deficiência?

Segundo Mittler (2003) isto acontece, em parte, devido à falta de oportunidade de treinamento e, em parte, ao mito existente há muito tempo acerca da especialização das necessidades especiais que os fazem acreditar que a capacitação especializada é um requisito para a inclusão; contudo, 100% dos entrevistados revelaram que não receberam qualquer capacitação fornecida pela instituição de ensino na qual lecionam para receber alunos com necessidades especiais, Figura 4 (II).

O professor precisa, no contexto universitário, de capacitação e preparação que garanta o desenvolvimento de suas habilidades e conhecimentos necessários a uma ação segura por parte desses profissionais mas que não seja um requisito necessário para as práticas de inclusão. Neste sentido, Perrenoud (2002) revela que [...] “uma postura e uma prática reflexiva devem constituir as bases de uma análise metódica, regular, instrumentalizada, serena e causadora de efeitos”.

Os resultados ressaltados no gráfico da Figura 8 sinalizam que 90% dos professores entrevistados afirmam que sua disciplina não oferece suporte necessário para as práticas de inclusão, porém Muller e Glat (1999) revelam que a educação inclusiva só será efetivada se o sistema educacional for renovado, modernizado, abrangendo ações pedagógicas visto que a inclusão é desafiadora e os docentes na universidade devem fazer parte desta mudança.

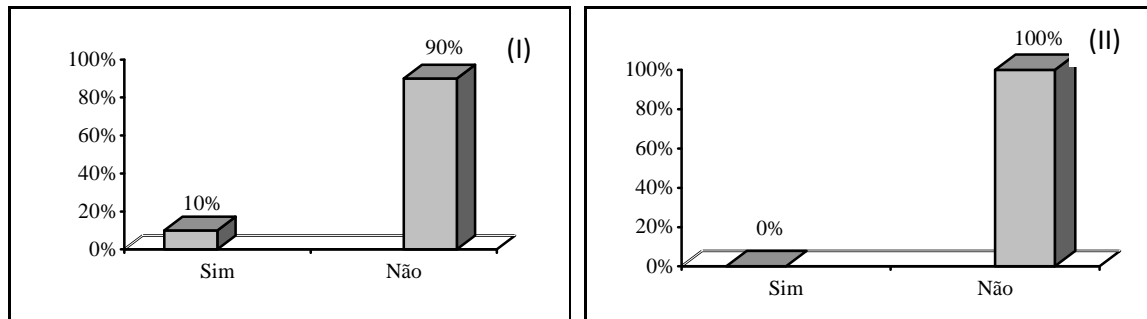


Figura 5. (I) Sua disciplina oferece suporte para as práticas de inclusão de pessoas com necessidades especiais? (II) Em sua opinião as instalações do CCA/UFPB são adaptadas para receber aluno (s) com deficiência?

Logo, as universidades precisam se posicionar frente a este desafio para que os estudantes com deficiência e que estão chegando ao ensino superior possam ter assegurados não só o acesso, mas também a permanência e a igualdade de oportunidades de aprendizagem (RIBEIRO, 2013).

A aplicação de orientações estratégicas de apoio aos referidos estudantes depende de cada instituição; segundo os professores participantes da entrevista, 100% consideraram que o campus do CCA/UFPB não é adaptado para receber alunos com necessidades especiais, Figura 5 (II); no entanto, a Lei nº 10.098/94 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

CONCLUSÃO

A educação inclusiva no ensino superior, em prol da pessoa portadora de deficiência, é direito fundamental; no entanto, o que percebemos com esta pesquisa é que a maioria dos professores nesse âmbito de ensino não se sente preparada para receber, em sala de aula, discentes com necessidades especiais pois durante sua formação acadêmica e docente não obtiveram subsídios para lidar com as práticas de inclusão de pessoas com necessidades especiais. Menos da metade dos professores entrevistados relata já ter tido experiência com alunos que apresentavam necessidade especial, dentre essas as mais citadas foram a auditiva e a visual. Quase a totalidade dos professores entrevistados afirma que sua disciplina não oferece suporte necessário para

as práticas de inclusão e que o campus do CCA/UFPB não é adaptado para receber alunos com necessidades especiais.

Os resultados desta pesquisa evidenciam que para ocorrer a inclusão dos discentes com necessidades especiais no curso da química no campus CCA/UFPB é imprescindível uma reestruturação do sistema educacional superior, a qual passa, necessariamente pela formação dos docentes, seja em nível inicial como continuado, além de uma adaptação da estrutura física do Campus.

REFERÊNCIAS

AGRIZZI, A. D.; COQUEIRO, J. J. S. A Formação do Professor da Inclusão Educacional. In: **Universo Acadêmico**, Nova Venécia: Cricaré, 2013.

ARAÚJO, K. S. S.; HETKOWSKI, T. M. **Inclusão: Um Direito de Todos**, 2005. Rede SACI. Disponível em: <http://saci.org.br/index.php?modulo=akemi¶metro=17480>. Acesso em: 01 março 2013.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n.º 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade**. Brasília, 2006. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em 24 outubro 2014.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares** / Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. – Brasília: MEC /SEF/SEESP, 1998.

CHAVES, F. F. A. et al. Avanços e desafios para o atendimento as necessidades especiais de alunos com deficiência física no centro de ciências agrárias da UFPB. In: XI Congresso Internacional de Tecnologia na Educação. Olinda – Recife, 2013.

DENARI, F. “Um (novo) olhar sobre a formação do professor de educação especial: da segregação à inclusão”. In: RODRIGUES, David. **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva** / David Rodrigues (org.). – São Paulo: Summus, 2006.

GADOTTI, M. **Diversidade cultural e educação para todos**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

LIDIO, V. M.; CAMARGO, M. A. B. A percepção do docente na inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino superior. **Rev. Triang.: Ens. Pesq. Ext.** v.1. n.1, 2008.

MARTINS, et al. Dez anos de inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais em escolas municipais, na cidade de ribeirão preto: discutindo o acesso, a permanência e a formação do educador. In: IX Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores. **Anais eletrônicos...**São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.unesp.br/prograd/ixcepf/Arquivos%202007/5eixo.pdf>. Acesso em: 18 outubro de 2014.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: contextos sociais** / Peter Mittler; trad. Windyz Brazão Ferreira. – Porto Alegre: Artmed, 2003.

MULLER, T. M. P.; GLAT, R. **Uma professora muito especial: questões atuais de educação especial**. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro, 1999.

OLIVEIRA, et al. Inclusão Social: Professores Preparados Ou Não? **POLÊM!CA**, v.11, n. 2, 2012. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/3103>. Acesso em: 18 outubro 2014.

PACHECO, R. V.; COSTAS F. A. T. O processo de inclusão de acadêmicos com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal de Santa Maria. **Revista Educação Especial**, n. 27, 2005. Disponível em: <http://www.ufsm.br/ce/revista/ceesp/2006/01/a12.htm>. Acesso em: 18 outubro 2014.

PERRENOUD, P. **A prática reflexiva e o ofício do professor: profissionalização e razão pedagógica**. In: Saber refletir sobre a própria prática: objetivo central da formação de professores. Trad. Cláudia Schilling. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2002.

RIBEIRO, S. L. Políticas e práticas de inclusão no ensino superior. **Revista Eletrônica de Culturas e Educação**. n. 8, 2013.

RODRIGUES, D. Desenvolver a Educação Inclusiva: dimensões do desenvolvimento profissional. **Inclusão: Revista da Educação Especial**, v. 4, n. 2, 2008.

VITALIANO, C. R. Análise da necessidade de preparação pedagógica de professores de cursos de licenciatura para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo/?pid=S141365382007000300007&script=sci_arttext. Acesso em: 27 Outubro 2014.